

SESSÕES DO PLENÁRIO

95ª Sessão Ordinária da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de novembro de 2008.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

1º SECRETÁRIO: DEP. LUCIANO SIMÕES

2º SECRETÁRIO: DEP. GILBERTO BRITO *AD HOC*

À hora regimental verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Adolfo Menezes, Álvaro Gomes, Antônia Pedrosa, Arthur Oliveira Maia, Bira Corôa, Capitão Tadeu, Carlos Ubaldino, Clóvis Ferraz, Edson Pimenta, Eliedson Ferreira, Emério Resedá, Euclides Fernandes, Fátima Nunes, Fernando Torres, Getúlio Ubiratan, Gilberto Brito, Gildásio Penedo Filho, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Ivo de Assis, J.Carlos, Javier Alfaya, João Bonfim, Joélcio Martins, José Nunes, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Simões, Luiz Argôlo, Marcelo Nilo, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Marizete Pereira, Neusa Cadore, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Reinaldo Braga, Roberto Muniz, Sandro Régis, Tarcízio Pimenta, Virgínia Hagge, Waldenor Pereira, Yulo Oiticica e Zé Neto (44).

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus declaro aberta a presente sessão. Antes de passar a palavra ao 1º Secretário, gostaria de informar aos Srs. Deputados de que o prazo para a apresentação dos nomes para as comissões será até amanhã, vez que, na última quinta-feira não houve sessão nesta Casa.

Quero, também, informar aos Srs. Deputados que existem 34 projetos oriundos dos parlamentares que estão prontos para votação no Plenário. Quando os líderes partidários chegarem a um denominador comum e esperamos que seja o mais rápido possível, além dos projetos do Executivo, vamos apresentar os projetos, que são 34, inclusive foram pegados aleatoriamente. Têm de deputados de todos os partidos, projetos importantes, já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça, já passaram pelo crivo da Procuradoria da Casa, estão aptos a votação, mas é óbvio que só após a instalação das comissões nós colocaremos para votação.

Quero registrar também que o deputado Heraldo Rocha está com um óculos muito bonito para que ajude-o a enxergar os Srs. Líderes, repito, para que esse

denominador comum chegue finalmente a este Parlamento para que possamos voltar a normalidade.

Peço ao Sr. 1º Secretário fazer a leitura do expediente.

(O Sr. 1º Secretário, deputado Luciano Simões, procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Da Dep. Maria Luiza Laudano, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 15 e 16/10/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Euclides Fernandes, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 07 e 08/10/2008, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Javier Alfaya, comunicando sua ausência nas sessões dos dias 08, 09, 13, 14 e 15/10/2008, devido a problemas de saúde em família.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pequeno Expediente. Com a palavra o nobre deputado Eliedson Ferreira pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputada Marizete, representando a bancada feminina, tão bem, senhores da imprensa, senhores que nos acompanham da Galeria Deputado Paulo Jackson, telespectadores da *TV Assembléia*.

Venho a esta tribuna para tratar de um assunto que já foi tratado aqui por alguns parlamentares, de um modo especial pela deputada Ângela que é representante do município de Ilhéus, sobre a questão do aeroporto de Ilhéus. Também fui votado em Ilhéus, 1200 pessoas acreditaram nas nossas propostas e nos deram esses votos e temos este compromisso e tenho sido cobrado para tratar deste assunto, inclusive recebi um e-mail de Roberto Santana, que é proprietário do Grupo Folha da Praia.

E este e-mail de Roberto Santana, retrata o sentimento dos ilheenses e não somente, mas de todos que moram na região e na verdade, o aeroporto de Ilhéus, quem de nós não necessita utilizar aquele aeroporto nas nossas viagens, quer seja por trabalhar politicamente na região, quer seja para desfrutar das riquezas turísticas daquele região.

Então é um assunto que precisa ser visto com atenção e o Roberto Santana faz aqui o seu desabafo.

(Lê):- *“ Caros Senhores Deputados Federais e Senhores da bancada baiana, o que tem feito a Bancada baiana para resolver o problema do Aeroporto de Ilhéus??? Os seus interesses não inclui a região sul da Bahia? É apenas mais um aeroporto?? ou tem muito mais coisa no céu do que "aviões de carreira"?? É uma vergonha!! A região está sendo sufocada com o quase fechamento do aeroporto e NADA tem sido*

feito... Num momento em que o drama da vassoura-de-bruxa começa a ser esquecido, a ANAC manda uma nova... Quem está por trás disso tudo?? Empresários, que não querem que o pólo de informática interfira nos interesses dos pólos do Sul??? Outras regiões, que vêem no fechamento do Jorge Amado uma oportunidade de crescimento, por conta do desvio de turistas e cargas?? Alguém está pagando pelo silêncio?? Não acredito!!! A Petrobras, como as mineradoras, estão chegando com toda a força e precisa de um aeroporto como base... Tem gato na tuba!!! A região, principalmente Ilhéus, Itabuna, Itacaré e as circunvizinhas, irão para o buraco. Investimentos já estão suspensos, demissões já acontecem, hotéis já estão amargurando o movimento na alta temporada... o caos está voltando. O que é que vocês estão fazendo??? O que é que vocês vão fazer?? Essa história está em poucos dias nas primeiras página dos principais jornais do País através de matéria paga... A Bahia e o Brasil vão saber que não temos representantes com força junto ao Planalto... A ANAC vem e destrói uma região e ninguém faz nada. Problemas técnicos!! Problemas técnicos!! Problemas técnicos!! Isso eles querem que acreditemos... Congonhas já matou mais de 300 e nada foi feito, continua "quase" matando outros inocentes... Ilhéus tem 40 anos de aeroporto e nunca...nunca... NUNCA houve problemas... mas foi só a Rede Globo, articulada com não sei quem, mostrar um "suposto" perigo do nosso aeroporto, foi o bastante para a INESCRUPULOSA, IRRESPONSÁVEL e COMPROMETIDA ANAC aparecer e criar o caos... E Congonhas, Santos Dumont... Ilhéus é a bola da vez???!!! O que é que vocês estão fazendo??? O que é que vocês vão fazer?? Chega de conversa... precisamos de ação!! O governador da Bahia já se mostrou incompetente para resolver este impasse político. Só faltam vocês usarem os mandatos e honrarem os votos recebidos”.

Está aí o desabafo do Roberto Santana, a situação do Aeroporto de Ilhéus é realmente preocupante.

Foi retirada a agência de atendimento da ANAC, o que implica demissões, retiraram-se os instrumentos, o que impossibilita os vôos noturnos. Havia 17 vôos e, agora, são 04. Ilhéus já chegou a ter, no Aeroporto Jorge Amado, 17 vôos. Agora, são 04, quer dizer, desemprego, o turismo sendo prejudicado, hotéis, comércio, tudo sendo prejudicado em Ilhéus por conta dessa situação

A ANAC apontou 65 pontos de irregularidades, desses só faltam 02, um hotel e um outro imóvel para que essas exigências sejam resolvidas. Fala-se que vai ser construído um novo aeroporto em Ilhéus, mas isso vai começar no ano que vem e só estará pronto em 2011, 2012. Até lá, quantas pessoas perderão os seus empregos? Até que ponto o turismo será prejudicado? Até que ponto o povo da região será prejudicado?

Então, quero deixar aqui o meu protesto contra esse fato e exigir do governador da Bahia, governador do PT, alinhado com o governo federal... Fala-se tanto que, quando há o alinhamento, se resolve tudo, e nós vemos...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Para concluir, deputado.

O Sr. ELIEDSON FERREIRA:- (...) nessa situação do Aeroporto de Ilhéus

que realmente não está havendo respeito, não está havendo, por parte do governador, o sentimento de atenção para com a Bahia e com Ilhéus que deveria ter.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Sandro Régis:-Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Questão de ordem do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- É uma comunicação inadiável.

Sr. Presidente, em virtude de o Líder da minha Bancada, deputado Elmar Nascimento, PR/PRTB, ter feito uma viagem para resolver assuntos pessoais e particulares, a partir deste momento, assumo a Liderança até o retorno do Líder do Bloco, deputado Elmar Nascimento.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Que a Mesa tome conhecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Getúlio Ubiratan, em permuta com o deputado Gildásio Penedo, Líder da Minoria Parlamentar.

O Sr. GETÚLIO UBIRATAN:- Sr. Presidente, eu quero agradecer a permuta com o deputado Gildásio Penedo Filho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, agora há pouco eu tentei um novo contato com o IMA, com a Dr^a Beth Wagner, e não consegui. O Sr. Presidente e muitos dos Srs. Deputados que aqui se encontram devem lembrar, que eu li um manifesto, que foi enviado ao nosso gabinete, da Associação de Produtores Rurais do Extremo Sul da Bahia, correspondência esta assinada pelo Dr. Henrique Machado Guimarães, presidente da Apresba e pelo Darilo Carlos de Souza, presidente do Núcleo da Madeira da Apresba.

Em todos os pontos da nota que li aqui para os Srs. Deputados e para a Presidência da Casa, vimos a grande preocupação com o processo de demissão de aproximadamente 5 mil trabalhadores, na jurisdição do Extremo Sul. E aqui, neste Plenário, eu li a correspondência que me foi direcionada, porque lá na nossa Região do Extremo Sul, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós somos cobrados nas muitas e muitas reivindicações, como é a ressaltada pela Associação de Produtores Rurais do Extremo Sul da Bahia.

Foi destacado, nesta nota, a respeito das várias reuniões que houve, inicialmente com a presença do Secretário do Meio Ambiente, Juliano, na Cidade de Teixeira de Freitas, que se reuniu com a Associação de Produtores, se comprometendo em recebê-los, aqui em Salvador.

Essa Associação saiu de Teixeira de Freitas, por volta das 4 horas da manhã, para ser recebida aqui na Secretaria de Meio Ambiente. Não foi um encontro dos mais amistosos, porque, na verdade, meu caro deputado Waldenor, o que a nossa região precisava ouvir do Secretário Juliano, do IMA, através da Dr^a Beth Wagner, era a resolução dos problemas que foram colocados quando da ida do Secretário, Dr.

Juliano. Entre eles, a ilegalidade das multas que estão sendo cobradas por parte dos agricultores da nossa região.

Ficou acertado aqui em Salvador, que o IMA, dentro de 15 dias, estaria em Teixeira de Freitas para uma discussão sobre as multas aplicadas e a Associação dos Produtores Rurais do Extremo Sul e se esperava que isso fosse cumprido. Só que, até o presente momento, já se passaram quase 2 semanas e eu não consigo contato com o Instituto.

Sr. Governador Jaques Wagner, há o meu respeito para com a pessoa de V.Ex^a, com a luta e o compromisso da sua campanha eleitoral, junto a este deputado, que continua a defendê-lo na nossa região do Extremo Sul, mas, o que eu não posso conceber, é que a classe produtora da nossa região seja tratada com descaso, que foi exatamente a informação do documento que me foi enviado, deputado Waldenor.

Finalizo dizendo que nesta correspondência ele colocou: (lê) O poder sempre pensa que tem alma e uma ampla visão além da compreensão dos fatos, e que está fazendo o serviço de Deus, enquanto está violando todas as suas leis, e finalizou o documento dizendo o seguinte: “No início, esta frase foi para o governo. Abaixo a nossa frase da Associação dos Produtores. Paciência e perseverança têm efeito mágico de fazer as dificuldades desaparecerem e os obstáculos sumirem.”

Não preciso falar mais nada. Apenas quero o respeito para nosso povo. Se fossem aquelas obras reivindicadas por esse deputado, mas muito mais pela nossa população e ainda não foram conquistadas, pelo menos o Sr. Governador Jaques Wagner e os Srs. Secretários dêem atenção e respeito às demandas que chegam de uma região importante, a qual defendo com garra, vontade e respeito que tenho pelo nosso mandato de deputado estadual.

Repito: andando de quinta-feira a domingo por todos os cantos da região do extremo sul, o mínimo que exijo é o respeito pela blindagem que estamos fazendo ao nosso governo, blindagem ao governo Jaques Wagner. Mesmo que as obras ainda não estejam aparecendo, lá está o deputado Getúlio Ubiratan, colocando a cara para levar bordoadas de gente que reclama aos montões.

Muito obrigado pela compreensão e tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Clóvis Ferraz, pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. CLÓVIS FERRAZ:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} deputadas, estivemos na semana passada em audiência com o senador Eduardo Azeredo, discutindo a aprovação, no Senado, da PEC 03, que é o projeto de emenda constitucional do Senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, que estabelece a criação, a fusão e o desmembramento de municípios e retorna para as Assembléias Legislativas a prerrogativa de legislar sobre esta matéria.

Isso foi tirado pela PEC 15 de 1996. Todas as Assembléias estaduais tinham a prerrogativa de legislar sobre a matéria, sobre a criação, fusão e desmembramento dos municípios, e foi tirada pela PEC 15, levando isso para o Congresso Nacional.

Em 2003, provocado pela Unale, o Projeto de Resolução com a assinatura de dois terços da Assembléia Legislativa apresentou esta emenda no Senado Federal, a PEC 03, que tramitou ao longo do ano de 2003, passando pelas Comissões de Assuntos Econômicos e Comissão de Constituição e Justiça; quando já estava para ser votado em dezembro do ano passado, houve o pedido de vistas pela Senadora Sheron Slavencki, do PT, instigado pelo governo Lula, que não queria a aprovação dessa emenda, agora está com o senador Eduardo Azeredo no reexame para votação. Mas nesse intervalo foi votado no Senado Federal o projeto de lei complementar 9802, que foi relatado pelo senador Tasso Jereissati, do PSDB, e que apenas regulamenta os municípios, ou seja, este projeto que modifica o Artigo 18, Parágrafo 04 da Constituição Federal, que regulamenta os municípios. Ou seja, esse projeto modifica o parágrafo 4º do art. 18 da Constituição Federal, regulamentando a situação dos municípios que foram emancipados nesse período. São 57 municípios, incluindo dois da Bahia, Barrocas e Luís Eduardo Magalhães, para os quais o Supremo Tribunal Federal deu um prazo para que fosse votado esse projeto de lei complementar que legaliza esses municípios como emancipados.

Ao mesmo tempo, esse projeto de lei complementar devolve às Assembléias Legislativas a prerrogativa de legislar sobre as emancipações, a criação de municípios, com novas diretrizes, como, por exemplo, população. Os municípios do Norte e Centro-Oeste teriam de ter uma população mínima de 5 mil habitantes; os do Sul e Sudeste, 10 mil habitantes; e os do Nordeste, 7 mil habitantes.

Estivemos, na semana passada, na Câmara dos Deputados e conversamos com o relator da matéria, deputado Manoel Júnior, da Paraíba. Ele nos disse que vai votar outro projeto e não o projeto de lei complementar nº 9.802, do Senado Federal, que foi encaminhado à Câmara.

Para concluir, Sr. Presidente.

Ou seja, vai apenas votar um projeto que regulamenta os 57 municípios que foram emancipados em todo o País, e não mais o que também devolveria às Assembléias Legislativas a prerrogativa de legislar sobre emancipações. Ou seja, a PEC 013 volta à estaca zero.

Estivemos conversando com o senador Eduardo Azeredo sobre isso, para que ele coloque em votação na Comissão de Constituição e Justiça essa matéria, para que possa ir ao Plenário do Senado. No momento em que a Câmara não irá apreciar o projeto de lei complementar nº 9.802, que foi votado no Senado, volta tudo à estaca zero e a PEC 013 pode ser votada no Senado.

O projeto de lei complementar nº 9.802 estava, exatamente, substituindo a PEC 013. Como não vai ser votado na Câmara, mas, sim, um projeto da Câmara que regulamenta, legaliza, institucionaliza os municípios que foram emancipados de 1996 para cá, a Unale está lutando para que seja votada a PEC 013. Com isso, as assembleias dos 27 estados teriam a prerrogativa de legislar sobre a matéria, direito que foi usurpado pela Emenda Constitucional nº 15, de 1996.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes, pelo tempo de 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, nessa época de crise financeira mundial, a Cidade de Ilhéus, uma das mais importantes do Estado, turisticamente falando, deixa de receber vários vôos, que incrementavam o turismo na região. Acredito que o governador, a Infraero e a Anac já devem estar providenciando a regularização dessa situação.

Falei há mais de 1 ano, no início de 2007, sobre um empreendimento na área do comércio, uma área que precisa de tantos empreendimentos desse porte. Depois dessa novela toda, depois dos empecilhos colocados pelo IPHAN, até que enfim, para o bem da Bahia e para o bem de Salvador, vão começar as obras de construção do Hotel Hilton, do grupo Imocom, no Comércio, o que vai gerar centenas de empregos e levar outros empreendimentos para a região.

Sempre disse que não conheço, a não ser por ouvir falar, os proprietários do grupo. Segundo a imprensa, é um grupo português que detém a bandeira para o Brasil.

Mas o meu objetivo desde o ano passado, deputada Fátima, nas diversas vezes em que me pronunciei aqui desta tribuna, foi evitar que a nossa capital, Salvador, perdesse o empreendimento para outro Estado devido às exigências absurdas que eram feitas, tendo em vista que a Bahia é carente de emprego, a necessidade principal do nosso povo.

Graças a Deus, depois destes quase 2 anos de negociação e dos acertos finais, li no jornal *A Tarde* de hoje que em janeiro, deputada Marizete, as obras vão ser iniciadas com a perspectiva de inauguração no final de 2010. Será um hotel categoria 5 estrelas, mantendo as características daquele prédio de azulejos onde funcionava antigamente o Paes Mendonça. Vizinho ao prédio, onde há 3 prédios que já se encontram em ruínas, vai ser construída a torre de 12 andares, salvo engano, revitalizando aquela área tão carente e levando para o local outros empreendimentos. Então fico contente.

Gostaria de salientar mais uma vez que não conheço os proprietários, não sei quem são, não tenho a mínima ligação. A minha ligação é única e exclusivamente querer o bem desta cidade, que é a capital do nosso Estado.

Essa é mais uma vitória do governador Wagner preocupado com a situação do turismo. Tenho certeza de que o turismo irá melhorar mais ainda. Acredito que com a reeleição do prefeito João Henrique, a partir de janeiro, deverá ser apressada a conclusão do calçadão da orla de Amaralina, objeto também de uma reportagem de *A Tarde* de ontem ou desta segunda, se não me engano. O largo das baianas há muito tempo acabou, e não se faz nada.

Então tenho a certeza de que a Conder, juntamente com a prefeitura - não sei de quem é a responsabilidade -, agora em 2009 concluirá a nossa orla de Salvador, porque a favela em que ela, uma das mais bonitas do nosso Brasil, se transformou não pode continuar do jeito que está.

Deputado Gilberto Brito, no pouco tempo que me resta quero dizer que tenho certeza de que agora o prefeito reeleito já pode pensar, porque não vai mais perder votos, no rodízio de placas que esta cidade necessita, porque ninguém tem condições...

(Soa o alarme eletrônico.)

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Vou concluir, Sr. Presidente.

Acho que o rodízio de placas como é feito há muito tempo na cidade de São Paulo é um passo que vai ter de ser dado pelo prefeito na nossa capital, porque não temos mais condições de deslocamento para lugar nenhum em Salvador.

Então acredito que agora, depois da reeleição, o prefeito vai estudar e tomar essa medida tão necessária.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE(Luciano Simões):- Eu pediria ao deputado Adolfo Menezes para ocupar o lugar do deputado Gilberto Brito, que usará o tempo de 5 minutos do Pequeno Expediente. (Pausa) Com a palavra o deputado Gilberto Brito por 5 minutos.

O Sr. GILBERTO BRITO:- Deputado Luciano, que preside a sessão, Srs e Srs. Deputados, retorno hoje para externar com alegria a concretização de mais uma iniciativa nossa neste Parlamento.

No mês de setembro do ano passado, se não me falha a memória, firmamos uma indicação sugerindo que o Detran criasse na sua estrutura o serviço de vistoria veicular ao longo do final de semana. Isso foi depois de ter lido o jornal *O Globo*, um importante veículo de comunicação, teceu comentários críticos ao Detran do Rio de Janeiro por ter suspenso tal prática naquela cidade.

Fiz a indicação sugerindo ao Detran deste Estado que adotasse a vistoria veicular ao longo do final de semana, desde quando os proprietários de veículos nem sempre dispõem do tempo necessário para levá-los àquele órgão. O diretor do Detran teve a gentileza de nos ligar convidando-nos, na última sexta-feira, para que estivéssemos presentes à implantação de um trabalho tão importante e de relevo social. Estivemos no Detran durante o período da manhã de sábado e lá tivemos a oportunidade de testemunhar inúmeros usuários partindo para usar esse serviço tão importante, deputado Waldenor Pereira. Então, a partir de agora, o proprietário de veículo nesta capital que necessite levar o seu veículo, por diversos motivos que justifiquem uma vistoria veicular, poderão fazê-lo no sábado ou no domingo, dando o poder público com isso mais uma atenção e mais uma cobertura na amplitude dos seus serviços.

Quero, pois, por dever de justiça e também externando a nossa alegria por ter sido mais uma manifestação legislativa nossa, por meio de uma indicação, cumprimentar o diretor do Detran, não somente pela acolhida de algo tão importante para o bem dos proprietários de veículos, mas também por ter tido a gentileza de nos ligar dizendo dessa louvável iniciativa. Espero, dentro em breve, que outras haverão

de concretizar-se. Segundo conversa que mantivemos com o diretor do Detran, aquele organismo também está disposto a multiplicar as auto-escolas públicas, uma já existente, a única da Bahia e a primeira do Brasil, partindo também de uma iniciativa parlamentar nossa. E, segundo noticiou-me o diretor do Detran, é desejo seu criar inúmeras outras auto-escolas públicas, sobretudo nas sedes dos municípios onde existam as Ciretrans regionais.

Espero com isso possibilitar que aqueles de menor poder aquisitivo possam obter a sua carteira de motorista e, por via de consequência, obter de forma menos difícil a sua carteira de motorista, e com isso ganhar uma profissão, um meio de sobreviver, de tocar a vida com dignidade e respeito e procurando uma condição melhor para o futuro.

Quero, mais uma vez, registrar as minhas felicitações ao diretor do Detran, externando o meu agradecimento e, por que não dizer, também a minha alegria em ver mais uma modesta iniciativa parlamentar, da nossa parte, ser concretizada nesta Casa.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Roberto Muniz pelo tempo de 5 minutos. (Pausa)

Na ausência do deputado Roberto Muniz, com a palavra o deputado Gildásio Penedo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. GILDÁSIO PENEDO FILHO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa presente, Galerias, nós tivemos a oportunidade de conversar há pouco com o Líder do governo, deputado Waldenor Pereira, para tentarmos construir um entendimento no sentido de viabilizar o funcionamento normal da Casa, nobre deputado Heraldo Rocha.

Como é do conhecimento de todos, houve na semana passada uma decisão importante do Judiciário do nosso Estado, deputado Joelson Martins, que deu ganho de causa ao mandado de segurança ajuizado pela Bancada da Oposição no ano de 2007, por entender que o cálculo para efeito da formação das comissões deveria ser feito com base na composição das bancadas no dia da eleição, e não da posse, como ocorreu nesta Casa.

E também pretendíamos, naquele mandado de segurança, assegurar um princípio consagrado no Regimento desta Casa, que é princípio da proporcionalidade no que tange à alternância das escolhas das presidências das comissões permanentes do Poder Legislativo baiano.

Fizemos isso em resposta a uma provocação nunca vista nesta Casa, quando o governo, com autoritarismo e presunção, relegou a Oposição a um papel extremamente secundário naquele momento, em 2007. Comissões que historicamente eram dirigidas por deputados opositores, como Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, passaram a ser comandadas por governistas.

E lembremos de que aqueles espaços destinados à Minoria propiciaram que muitos tivessem um destaque político muito significativo na vida política de nosso Estado, a exemplo dos deputados Nelson Pelegriño e Yulo Oiticica, que por diversos anos presidiram a Comissão de Direitos Humanos, e o próprio deputado João Henrique, que comandou por um longo tempo a de Defesa do Consumidor.

Mas o governo republicano não percebeu isso ou não quis dar a nossa Bancada direitos que, repito, historicamente eram consagrados à Oposição.

Restou-nos, então, pedir guarida ao Judiciário baiano. E em setembro deste ano o nosso mandado de segurança foi julgado pelo Tribunal Pleno da Justiça estadual, que de forma soberana e alicerçada nos princípios da fidelidade partidária concedeu o *mandamus* – ou seja, a segurança pleiteada naquela ação – por 11 a 9. E assim, de acordo com o nosso pedido, foram desconstituídas todas as comissões nesta Casa. E até amanhã os Líderes partidários deverão indicar os seus novos membros para que este Poder possa voltar a sua normalidade, até porque projetos importantes, deputado Heraldo Rocha, estão a adormecer aqui.

Já está nesta Assembléia, por exemplo, a principal peça deste Poder Legislativo, que é o Orçamento estadual, mas a sua tramitação também está paralisada, sem a apresentação de emendas.

Queremos apelar ao bom senso. Já convidamos o Líder Waldenor para encontrarmos o bom caminho. Não é e não vai ser o propósito da Oposição criar dificuldades neste momento. Agora, evidentemente, queremos ver assegurada – sem nenhuma dúvida – a vontade expressa do povo baiano, que conferiu, nas eleições de 2006, a cada partido uma parcela na composição deste Poder Legislativo.

Esperamos que desta vez o governo perceba a necessidade do diálogo, deputado Clóvis Ferraz, observe que esta Casa vive um novo momento, com forças heterogêneas e instabilidade política. Acho que o bom senso deverá ser a bússola norteadora dos entendimentos entre governistas, oposicionistas e independentes.

É esse o apelo que faço à Liderança do governo, esperando que, de fato, sejamos respeitados e que o bom senso prevaleça neste novo entendimento que a Justiça, de forma muito clara, soberana e independente, fez valer a partir do mês de setembro.

É esse o apelo que faço à Bancada governista, provocando para que encontremos uma solução razoável no intuito de não prejudicar os princípios do Regimento Interno e, principalmente, a legalidade nesta Casa.

Esperamos que até amanhã o governo amadureça, deputado Álvaro Gomes, e perceba que não é com autoritarismo e presunção que se constrói uma Bahia de verdade. V.Ex^{as} precisam atentar para isso, até porque o resultado das últimas eleições deram o sentimento norteador do povo baiano em relação a muitas e muitas eleições que haverão acontecer. Foram lições importantes para o amadurecimento e o engrandecimento do Poder Legislativo.

Reitero esse apelo a esta Casa, direcionado principalmente à Bancada governista, no intuito de construir uma nova relação neste Poder, pautada na humildade, na serenidade e, principalmente, no bom senso que deve nortear os

encaminhamentos entre o Blocos governista, oposicionista e independente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Heraldo Eduardo Rocha por 5 minutos, no Pequeno Expediente.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, meu querido amigo, colega deputado Luciano Simões, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados; teleouvintes da *TV Assembléia*; internautas que acessam o nosso *site www.heraldodorocha.com.br*; minhas senhoras, meus senhores, a mídia impressa televisada e radiofônica do nosso Estado tem divulgado a grave situação por que passam os trabalhadores da Azaléia em Itapetinga.

Hoje, mantivemos um contato com o Dr. José Otávio Curvelo, médico daquela cidade; com o Dr. Arnaldo Teixeira, diretor do Hospital Cristo Redentor, e realmente a situação dos trabalhadores daquela fábrica é preocupante. A Vigilância Sanitária tem que identificar o mais rápido possível a causa dessa intoxicação. Não se tem até o momento um diagnóstico preciso, e é natural, a respeito desse quadro toxicológico que acometeu os trabalhadores da Azaléia. Por outro lado, conversando hoje com a classe médica e com alguns representantes políticos daquele município, como os vereadores Bahia e Chiquinho, tomamos conhecimento de que está faltando medicação em Itapetinga.

Fizemos um requerimento, que deve já estar chegando às mãos do Sr. Secretário da Saúde do Estado para que ele envie no mais rápido espaço de tempo possível uma equipe de profissionais técnicos preparados para fazer...

E eu aqui apelo a V.Ex^a, que agora é também é um Líder lá de Itapetinga, deputado J. Carlos, a respeito daquela grave situação. Faltam medicações específicas, como Cloranfenicol, Plasil, terapia para hidratação, porque o volume de pacientes que foram atendidos pelo Cristo Redentor já atinge cifras de mais de 400 a 500 trabalhadores.

Portanto, quero fazer um apelo ao Exm^o Sr. Secretário da Saúde do Estado para que tome providências enérgicas e urgentes junto à Dires, Diretoria Regional de Saúde do Município, e representa o Exm^o Sr. Secretário da Saúde, para que uma equipe vá imediatamente a Itapetinga fazer o diagnóstico o mais rápido possível dessa situação para que os profissionais da área de saúde tenham condição de, diagnosticada a causa, ministrar a terapêutica adequada àqueles pacientes.

Portanto, esse é um fato grave e que independe da vontade das pessoas, mas que precisa ser diagnosticado no mais breve espaço possível. Até solicito ao Exm^o Sr. Secretário da Saúde que vá a Itapetinga.

Hoje, eu dava uma entrevista na *Rádio Cidade*, deputado Gildásio, e pedi à população que tenha calma, que não entre em pânico, porque realmente sabemos o que é uma intoxicação, principalmente, em trabalhadores de uma fábrica, isso pode gerar o pânico na população, o que não desejamos. Tenho certeza de que as autoridades estaduais, municipais e as lideranças políticas e médicas do nosso Estado

tomarão as providências necessárias.

Sr. Presidente, eu gostaria de registrar, e tratarei desse assunto daqui a pouco, que agora, ao meio-dia, quando eu ia daqui para minha casa, ouvia o radialista, jornalista e grande homem de imprensa, ex-prefeito de Salvador, Dr. Mário de Mello Kertész falando a respeito de que estavam sendo grampeados ele e sua família pelo atual governo e pelo Partido do Trabalhadores. A acusação é também muito grave.

Veja a que ponto chegamos na Bahia, um governo e um partido, que se dizem republicanos, democráticos, grampeando a imprensa falada e escrita da Bahia e grampeando principalmente um dos maiores radialistas, um representante importante do setor de comunicação do nosso Estado e, particularmente, da nossa cidade.

Portanto, teremos que ir fundo nessa questão em mais um grampo determinado pelo Partido dos Trabalhadores, conforme denúncia do radialista Mário de Mello Kertész.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Grande expediente. Não há orador inscrito. Horário das representações partidárias. Com a palavra o Líder do Governo ou da Maioria ou representante do PMN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Álvaro Gomes:- Sr. Presidente, eu falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE(Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente eu queria inicialmente poder inserir nos Anais desta Casa uma matéria muito importante feita pela jornalista Helga Cirino do Jornal *A TARDE* publicada nesse domingo com o título “Varas criminais têm mais de 35 mil casos à espera de julgamento” Acumulo gera casos como o de Marcelo Oliveira, 22, suspeito de tráfico que passou 11 meses na carceragem da 7ª delegacia no Presídio de Salvador sem uma audiência sequer. Alvará de soltura só saiu terça-feira quando o Jornal *A TARDE* levantava dados sobre o caso.”

A jornalista faz o levantamento de vários crimes com o número de processos que tramitam sem julgamento. Na 3ª vara 3.576, na 4ª vara 3.119, na 5ª vara 6.500, na 6ª vara 2.046, na 7ª vara 1.123, na 9ª vara 1.829, na 10ª vara 1.476, 11ª vara 2.346. 12ª vara 3.664, 14ª vara 975, 2ª vara de tóxicos 2.500, 1ª vara da infância e da juventude 3.064, 2ª vara da infância e da juventude 1.606, 2ª vara especializada criminal 1.500.

Portanto, foram 35.000 processos à espera de julgamento. Isso sem falar o número naturalmente é maior e a própria jornalista registra isso em função do que algumas varas não ofereceram as informações.

Eu gostaria de registrar esse fato e até parabenizar a jornalista Elga Sirino porque ela fez uma abordagem muito interessante da situação em que vive hoje a nossa população. 35.000 processos a espera de julgamento uma situação como o

jovem que ela própria citou , Marcelo Oliveira de 22 anos foi preso porque estava com 21 gramas de maconha . 21 gramas de maconha. É um caso onde o cidadão foi preso e acusado de ser um traficante. Imagine com 21 gramas de maconha, foi acusado de traficante e foi preso durante 11 meses e coincidentemente saiu no dia que o Jornal *A TARDE* estava fazendo a reportagem , essa matéria especial , uma matéria muito interessante por sinal.

Eu gostaria de registrar esse fato porque isso do meu ponto de vista é um dos fatores que aumenta a violência do nosso Estado. O usuário de droga precisa de apoio e de suporte social. Não pode ser colocado no presídio durante 11 meses sem sequer ter o devido julgamento, sem sequer ter os seus direitos mínimos assegurados.

Um cidadão, um pai de família, casado, com uma filha de 6 meses, fica durante 11 meses na cadeia sem o devido julgamento porque portava 21 gramas de maconha. Essa é uma situação que precisa mudar. Esse usuário, naturalmente, assim como vários outros usuários – é bom registrar que há usuário pobre e usuário da alta elite. Todos sabem disso –, de uma maneira geral, precisa de suporte, de apoio para superar o vício, a dependência da droga, que tantos males traz para a sociedade.

Quero registrar esse fato aqui e fazer uma ligação com a Lei de Organização Judiciária, aprovada recentemente, e tive a responsabilidade de ser o relator da matéria. Diria que essa é uma das leis mais importantes dos últimos 30 anos. É uma lei fundamental para a redução da violência, para atender à população carente, porque, em sua essência, a lei de Organização Judiciária contém princípios básicos de transparência e acessibilidade. Ela contém princípios básicos no sentido de buscar mais justiça para a nossa população.

No que diz respeito às varas do Júri, por exemplo, foi triplicada a capacidade de julgamento. Era uma vara com 2 juízes. Esse número dobrou, agora são duas. Porém, triplicou o número de juízes com o chamado juiz sumariante. Eram 2 juízes e passou-se a ter 6 juízes, triplicando a capacidade de julgamento.

A Lei de Organização Judiciária aumentou o número de desembargadores para 53, e o número de juízes passou de 663 para 1.137. Portanto, essa lei criou uma série de mecanismos para melhorar a Justiça.

É preciso também enfatizar que o Conselho Nacional de Justiça esteve aqui recentemente porque mais da metade dos processos em atraso no Brasil estão no Estado da Bahia. Então, é preciso mudar e agilizar os julgamentos, é preciso que a Justiça seja cada vez mais acessível, é preciso que a Justiça cada vez mais atenda bem à nossa população.

Para isso, a lei que foi aprovada aqui tem uma importância muito grande. Mas ela, por si só, não resolverá o problema. A lei foi aprovada e sancionada pelo governador – só foi possível ser aprovada em função da nova situação política que estamos vivendo, tendo o governador Jaques Wagner à frente desse novo processo democrático que estamos vivendo em nosso Estado –, mas ela só terá eficácia depois de sua completa implementação. É preciso que ela seja implementada o mais rapidamente possível.

As questões emergenciais precisam ser colocadas em prática imediatamente. A

lei está aí. É um instrumento nosso, uma conquista muito boa para a sociedade, mas precisa ser implantada para evitar que aconteçam fatos como este: um jovem de 22 anos se encontra preso há 11 meses, sem julgamento, quando foi pego com 21 gramas de maconha, segundo a reportagem no jornal *A Tarde* da jornalista Helga Cirino.

Portanto, é importante a mobilização da sociedade e da Assembléia Legislativa da Bahia para que possamos ter essa lei implementada o mais rápido possível. Não apenas nesses aspectos que dizem respeito à questão criminal, mas também em outros: as Varas de Violência Doméstica e Familiar, de Relação de Consumo e da democratização, levando a Justiça para os outros bairros, o interior, a criação de comissões de conciliação, entre outras tantas proposições que foram aqui aprovadas e sancionadas pelo governador Jaques Wagner.

Este é o desafio de todos nós: implementar a Lei de Organização Judiciária.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o Líder da Minoria ou o representante do PTN para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Heraldo Rocha:- Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Heraldo Eduardo Rocha, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. HERALDO ROCHA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, teleouvintes da *TV Assembléia*, internautas que acessam o nosso site www.heraldorocha.com.br, hoje, a *Tribuna da Bahia*, faz uma matéria com bastante conteúdo, a respeito de mais um dos problemas existentes na nossa querida Salvador, se não bastassem as barracas de praia, Pituaçu, a Fonte Nova e as propagandas enganosas deste governo, “*Obra de orla continua parada e sem explicação*”, escrita pela jornalista, Livia Veiga. Uma matéria muito bem escrita. Inclusive, hoje, conversando com o Líder da Minoria, deputado Gildásio Penedo e com o nosso assessor jurídico, estamos dando entrada, provavelmente na sexta-feira, tendo em vista que estamos coletando uma série de dados, a respeito de mais essa incompetência da Conder, porque isso é uma incompetência realmente primária, a respeito da orla de Salvador. Procedemos assim com Pituaçu: entramos com uma representação no Ministério Público do Estado, e, agora, estamos procedendo com o que diz respeito à orla.

Ela começa a matéria dizendo o seguinte: (lê) “*Um domingo de primavera com calor de verão. Assim foi o dia de ontem, que atraiu milhares de baianos às praias, todos com o desejo de relaxar aproveitando os benefícios do clima à beira do mar. Entretanto, o cenário de trechos da orla em obras, como os de Amaralina e Costa Azul, contribuiu para atrapalhar os momentos de lazer de nativos e visitantes.*

"Atenção, use a ciclovía", orienta uma placa instalada na calçada da praia de Amaralina. Porém, os ciclistas que arriscavam um passeio na manhã de ontem enfrentavam um circuito de aventura. Um ponto de ônibus improvisado obstruía a passagem das bicicletas, que tinham que disputar espaço com pedestres, no asfalto da pista exclusiva para ônibus. A explicação para situação de tamanho risco vinha

em outra placa colocada logo adiante: "trecho em obras".

Essa obra. Inclusive foi colocada agora no período da campanha eleitoral, e estamos aprofundando este assunto, teremos reunião ainda nesta semana com técnicos que trabalharam na Conder para levantar de quem é a responsabilidade de mais este ato criminoso contra a beleza que o Senhor nos Deus, que é a orla de Salvador.

Nesta matéria escrita pela jornalista Livia Veiga, ela fala sobre o Largo das Baianas. E eu me lembro, como se fosse hoje, quando há 40 anos eu vim para a Bahia e os amigos baianos nos levavam ao Largo das Baianas, ali em Amaralina. Que delícia num final de tarde saborear um acarajé, um abará, uma cocada baiana, conversar com uma baiana, era uma das coisas mais lindas que tínhamos. E tiveram a capacidade – não vou dizer a incompetência, não – de destruir o Largo das Baianas. E ao passar ali com aquela brisa maravilhosa do mar de Amaralina, pegava-se um acarajé e comia-se tomando uma deliciosa água de coco. Pois acabaram com tudo isso! Que falta de sensibilidade! Que atitude criminosa com a natureza que Deus nos deu!

Vejam, senhoras e senhores: (lê) “ Largo das Baianas de áureos tempos.” - escreve a jornalista - “Os comerciantes contabilizam os prejuízos com a demora da conclusão das obras do trecho da orla de Amaralina. No Largo das Baianas, há quem lembre das décadas em que o local ostentava a tradição de um quiosque que já foi de cimento armado, depois de tijolinhos e, por último, de madeira e palha. O ponto de venda de acarajé movimentava toda a região.” E movimentava a Bahia. “ Segundo Jaciara Sacramento Souza, conhecida como Cici, que há 31 anos possui um tabuleiro no local, o movimento está muito fraco. Enquanto vendia no sábado 15Kg de massa de acarajé, atualmente não chega a 3 Kg.”

O quiosque foi derrubado há 3 anos e essa reforma não termina.

(Lê) “Já tive vontade de sair deste ponto, mas essa foi uma herança da minha mãe. Desde que a obra começou quatro bares e restaurantes fecharam. Hoje só resistem dois, que fecham as portas às 20 horas, quando antes funcionavam até a madrugada.”

Quantas vezes quando estudante de Medicina desta cidade, nós saíamos pela madrugada e íamos parar ali em Amaralina num pequeno restaurante onde comíamos para comemorar o fim de uma festa.

(Lê) “Poucos metros à frente, os comerciantes de cocos também reclamavam da queda nas vendas registrada nos últimos anos. Antes era uma maravilha. No verão, cada uma das 11 barracas vendia quase 100 cocos por semana. Hoje esse número caiu pela metade. Teve Carnaval que faltou até coco. Os clientes reclamavam muito. A gente ficou muito tempo no sol e os toldos caíram. Agora melhorou um pouco em relação à segurança, mas continuamos sem estrutura. Deram um prazo de 15 dias para instalar algo definitivo e até hoje nada”, contou Rivelino Santos Rodrigues, 36 anos.

A previsão dada na época pela Conder para a conclusão das obras foi oito meses, ou seja, junho deste ano, no trecho de cerca de 4 km de extensão de extensão num investimento de R\$ 9.538.082,08. Porém, o cenário ainda é de obras inacabadas

e a reportagem não teve acesso a informações oficiais sobre o atual orçamento da Revitalização da orla.”

Isso é uma falta de respeito para com o povo da Bahia, para com as tradições de nossa terra e para com os turistas que nos visitam.

Será que esse governo ainda não desceu do palanque? Ainda continua com a herança maldita? Será que esse governo não pensa que a nossa cidade, a bela Salvador da Praça Castro Alves, da Ribeira, do Costa Azul, do Jardim de Alá, da Lagoa do Abaeté, da Igreja do Bonfim, continua sendo perseguida?

Esse povo não ama Salvador, por isto tiveram a resposta nas eleições. O povo disse: vocês estão maltratando a minha cidade, a querida do Salvador, a Salvador mística.

Governador, assumo o governo, assumo o mandato de governador do Estado e recupere a orla de Salvador.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a Fátima Nunes:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Questão de ordem da deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes:- Solicito, Sr. Presidente, uma verificação de *quórum* para que os deputados compareçam ao Plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- V.Ex^a será atendida.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Questão de ordem do deputado Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Sr. Presidente, estamos em plena segunda-feira, com assuntos das variadas ordens que poderiam ser tratados nesta Casa. Este Poder Legislativo vive um momento angustiante, projetos do Executivo que não são votados há mais de 90 dias, deputado Heraldo Rocha. No primeiro momento, os governistas se arvoravam de que não poderiam dar início ao processo de votação por conta das eleições. As eleições aconteceram, deputado Heraldo Rocha, no dia 05 de outubro, no primeiro turno, na grande maioria das cidades, com exceção de Salvador, e o governo continua inerte. A Casa vive um momento de dificuldade, depois de uma decisão judicial, quando todas as comissões foram desfeitas.

É este o sentimento, deputado Fernando Torres, de paralisia total. E não há, deputada Antônia Pedrosa, os pronunciamentos, os embates legítimos que fazem parte desta Casa. O Poder Legislativo é o que tem a maior capacidade de ressonância dos problemas da sociedade.

Estamos vivendo problemas sérios de segurança pública; de infra-estrutura com obras, a exemplo de Pituaçu. O deputado Heraldo Rocha relatava mais um caso simbólico da apatia do governo Jaques Wagner: os 4 km da orla de Salvador, dois anos, deputado Paulo Rangel, prejudicando o comércio local, o turismo e o trânsito daquela localidade entre a Pituba e Amaralina. E o governo sequer discute os

encaminhamentos por meio do diálogo. Ele pede, no meio de uma sessão ordinária, às 15h55, uma verificação de *quórum* de continuidade com o propósito único e claro de não permitir que a Assembléia possa funcionar nesta segunda-feira.

Isso é muito ruim e não é só para o governo. Quando a Casa pára, quando a paralisia se abate sobre o Poder Legislativo, deputado Bira Coroa, contagia todos nós, incluindo V.Ex^a que é um deputado presente, mas acaba entrando no mesmo sentimento incomum de não funcionamento desta Casa.

Portanto, quero lamentar, com todo respeito que tenho à deputada Fátima Nunes, do PT, mas, efetivamente, não é o melhor caminho neste momento.

Eu tinha feito um apelo, inicialmente, aqui nesta sessão, chamando a atenção do governo para a necessidade do diálogo. A Oposição, embora vitoriosa com esse último julgamento do Pleno do Tribunal de Justiça, não quer, pois não é seu propósito, atrapalhar o funcionamento do Poder Legislativo. Agora, efetivamente, deputado Edson Pimenta, o diálogo tem que ser, necessariamente, o último caminho nesta Casa. O governo não pode arvorar-se a um autoritarismo, à presunção de uma maioria que não detém.

É lamentável que o governo queira, neste momento, ao invés de procurar o diálogo, tentar derrubar a sessão, não permitindo o enfrentamento de idéias, o debate, que é muito importante e necessário para a Casa.

Então, eu quero, neste primeiro momento, afirmar esse ponto de vista: não é o melhor neste momento. Mas solicito a V.Ex^a que abra o tempo regimental de 15 minutos e acione as campanhas, convocando a todos os parlamentares da Oposição, do governo e os independentes para que possam se fazer presentes ao Plenário para que, efetivamente, a Casa dê continuidade aos seus trabalhos, deputado Bira Coroa. Não é o melhor caminho essa posição do governo de querer derrubar a sessão, de não permitir... E olhe que estamos vivendo um momento delicado.

O deputado Heraldo Rocha já falou na tarde de hoje de uma situação gravíssima que foi denunciada...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Para concluir, deputado.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Para concluir, Sr. Presidente.

(...) pelo jornalista e radialista Mário Kertész, de um grave monitoramento da sua vida pessoal, dos seus familiares, da sua equipe de trabalho. Segundo ele, talvez por algum posicionamento político que desagradou uma corrente política do nosso Estado. Isso não é republicano! Isso não é prática da boa democracia!

Portanto, quero que V.Ex^a, ao abrir o tempo regimental, convoque todos os deputados, permitindo, efetivamente, que se dê o tempo necessário para que eles venham ao Plenário dar continuidade a esta sessão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Heraldo Rocha:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Atendendo à questão de ordem, solicito à Secretaria da Mesa que marque o tempo de 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Oportunamente, deputado Paulo

Rangel.

Peço aos deputados que se encontram no cafezinho e nos seus gabinetes que se dirijam ao Plenário da Casa, porque existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da sessão.

Questão de ordem do deputado Heraldo Rocha.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Pediria aos deputados que marquem suas presenças.

O Sr. Heraldo Rocha:- Sr. Presidente, deputado Luciano Simões, Sr^{as} e Srs. Deputados, V.Ex^a, presidente, que tem seis mandatos, e eu, que tenho aqui cinco mandatos, nunca vimos nesse período uma situação tão preocupante como a atual nesta Casa.

Não sei qual o objetivo, e sei, porque já fui deputado do governo, que quem dá a orientação para a Bancada é o governo. Fico a me perguntar: será que a orientação do Exm^o Sr. Governador é para que sua Bancada não venha às reuniões plenárias? Será que é essa a orientação do Exm^o Sr. Governador, para que não ocorram as reuniões nas comissões temáticas? Deputado Fernando Torres, tenho acompanhado o esforço de V.Ex^a na presidência da Comissão de Direitos Humanos e Segurança Pública desta Casa para realizar sessões, e os resultados não têm acontecido – o Plenário não tem se reunido, as comissões técnicas não têm se reunido. Será que a situação do nosso Estado é tão tranqüila a ponto de que esta Casa possa fechar as portas e não precisar funcionar? Estamos às portas do final do ano, temos que discutir o orçamento do Estado para que ele não se torne, mais uma vez, uma peça de ficção. Temos que discutir as emendas que os Srs. Parlamentares colocarão nos projetos como também as emendas preferenciais, e a coisa está toda parada.

Logo que cheguei nesta Casa, nos idos de 1990, assisti aqui, por diversos mandatos, debates de alto nível. Que saudade do nosso querido amigo Eujácio Simões, Luís Cabral, Luís Eduardo, Gastão Pedreira, Galdino Leite, Sebastião Castro, Luciano Simões, Horário Matos, Osmar e tantos outros parlamentares, e aqui era uma Casa de debate, uma Casa onde se debatiam os temas não só nacionais, como também os estaduais e municipais.

Estamos atravessando uma crise econômica só assemelhada à crise econômica de 1929, em que o mundo todo está atento a essa grave situação. Se formos trazer para a área do Estado, estamos vendo que o Estado não está captando recursos, que a área de saúde está um caos. Hoje, em Itapetinga, não tem clorofenicol, um antibiótico de largo espectro, geralmente para pacientes com somonelose; não tem plasil, que é uma medicação usada para vômitos. Por quê? E o secretário de Saúde do Estado não se manifesta. Não sei se o governador já chegou de viagem, mas ele está pouco ligando.

Hoje, deputado Luciano Simões, ao meio-dia, e vou ouvir agora no meu gabinete, o meu filho me ligava, que o radialista Mário de Melo Kertész, disse que foi grampeado. Eu não duvido não, é uma coisa gravíssima, um governo que se diz republicano, democrático, transparente, um governo que veio mudar o método de

fazer política. Esse é o governo que está grampeando. Se grampeiam Mário Kertész, calcule V.Ex^a, deputado Luciano Simões, calcule nós, deputados. Nós todos estamos grampeados. Eu sei, tenho consciência disso. Tanto que quando ligam para a minha casa e começam a conversar determinados assuntos eu digo: olha, fale, continue falando, porque o governador está botando a sua Gestapo para fazer o serviço de inteligência, para grampear o que eu estou falando.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Para concluir, deputado Heraldo Rocha.

O Sr. Heraldo Rocha:- Concluindo, Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que não culpe os parlamentares da base aliada do governo, não culpe a deputada Fátima, pelo contrário, ela recebe orientação do governador. De quem é a culpa? Não é da deputada Fátima por solicitar verificação de quórum, a culpa é do governador Jaques Wagner.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa presente, amigos que ocupam as Galerias Paulo Jackson, nós acabamos de ouvir aqui uma fala, talvez de um dos deputados que mais entenda de grampo nesta Casa, um deputado que acabou com a CPI dos grampos aqui em 40 segundos, e que agora passa a ter uma preocupação muito grande ou demasiada em relação a isso.

Não é à toa, inclusive, deputado Luciano Simões, deputado Bira Coroa, que os grampos, na Bahia, foram tão emblemáticos, que existe um deputado, com todo o respeito, mas que é conhecido como “grampinho”, em nosso Estado. E isso não se deve apenas à altura, mas a um processo que foi assistido pela população baiana, que ficou envergonhada, até porque esse assunto, ele não foi investigado como deveria, anteriormente, por esta Casa e, principalmente, pelo Senado Federal, na medida em que o autor intelectual desses grampos foi mais do que identificado. Por isso, se a investigação fosse adiante, talvez ele tivesse de renunciar novamente a uma cadeira no Senado para evitar uma possível cassação.

O deputado Heraldo Rocha, que é um parlamentar brilhante que respeito muito, fala de um assunto que ele não deixou que esta Casa realmente aprofundasse. Talvez por conhecer bastante as implicações dessas atitudes, à época, sobre a Bancada governamental.

Por outro lado, acho – quero até me solidarizar com o jornalista Mário Kertész – que é possível que isso tenha havido, sim, porque sabemos que não conseguimos ainda limpar a Polícia Civil como deveríamos, até porque a investigação a respeito daqueles grampos não foi aprofundada. Se aquela CPI fosse implementada, talvez nada disso estivesse acontecendo hoje.

Mas afirmo que não parte do nosso governo, de senador nem dos nossos deputados nenhum tipo de orientação para que qualquer cidadão baiano, muito menos da imprensa, venha a ser grampeado. Entretanto o deputado Heraldo Rocha não tem muito receio de grampo, até porque aquela CPI durou apenas 40 segundos. V.Ex^a não pode ter essa somente preocupação agora, pois o senhor não se preocupou em

investigar esse assunto no momento oportuno.

Disse também ao deputado Gildásio Penedo que estamos fazendo uma avaliação de que o cumprimento da sentença vai ser positivo. A Oposição pode ficar tranqüila, pois a Situação está estudando o assunto e não é nosso objetivo bater de frente com relação a isso. Até porque estamos trocando seis por meia dúzia.

Por outro lado, quero esclarecer que quando pedimos uma verificação de quórum não queremos derrubar a sessão, não. Poderíamos até, dentro do espaço regimental democrático, fazer alguma manobra legítima nesse sentido. Mas não é isso o que desejamos neste momento. Queremos, sim, a presença dos Srs. Deputados para que o debate transcorra nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes para uma questão de ordem.

A Sr^a Fátima Nunes:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, o nosso Regimento Interno diz que quando um deputado solicita uma verificação de quórum é exatamente para convocar os deputados, e assim o debate de temas interessantes possa prosseguir. Não vi até agora nenhuma frase desse Regimento dizendo que solicitar verificação de quórum é para derrubar a sessão.

Na verdade, os deputados presentes já proferiram seus pronunciamentos em relação a diferentes temas. Desse modo, cada assunto terá um encaminhamento à secretaria ou ao departamento pertinente.

Então, é necessário que tenhamos, de fato, esta verificação de quórum agora, até porque não há mais nenhum deputado inscrito para continuarmos o debate. Tempo de deputado é trabalho no Plenário, mas é trabalho também fora daqui para que possamos buscar soluções para os problemas do nosso povo. É isso que queremos fazer. Por isso, continuo solicitando que seja feita uma verificação da presença de deputados em Plenário para a continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões): - Convocamos os Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, em seus gabinetes. Existe uma solicitação de verificação de quórum para a continuidade da sessão.

(O Sr. Presidente aciona as campanhas do Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Os Srs. Deputados que se encontram em seus gabinetes, nas comissões...

O Sr. Júnior Magalhães:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Com a palavra o deputado Júnior Magalhães.

O Sr. Júnior Magalhães:- Sr. Presidente, gostaria de pedir a V.Ex^a que cite o nome dos deputados presentes. Estamos em plena segunda-feira, não há mais desculpas para a Casa não funcionar, já acabou o período eleitoral. Então, gostaria de repudiar a solicitação de verificação de quórum da deputada Fátima Nunes. Acho que a Assembléia Legislativa da Bahia precisa dar o exemplo para a Bahia. Gostaria de pedir a V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- V.Ex^a será atendido. Estão presentes

os seguintes deputados...

O Sr. Júnior Magalhães:- Sr. Presidente, eu não concluí minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- É porque já vai encerrar...

O Sr. Júnior Magalhães:- Tenho mais 1min17seg.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- Mas em 1 minuto a sessão termina e, aí, não poderei citar o nome de V.Ex^a como presente na sessão.

O Sr. Júnior Magalhães:- Já que V.Ex^a está com tanta pressa, solicito a V.Ex^a apenas que registre o nome dos deputados presentes e fique registrado também o meu repúdio de, em plena segunda-feira, a Assembléia Legislativa da Bahia não funcionar.

O Sr. PRESIDENTE (Luciano Simões):- V.Ex^a será atendido. Presentes os deputados Antônio Pedrosa, Bira Coroa, Gilberto Brito, Fátima Nunes, Fernando Torres, Gildásio Penedo, Heraldo Rocha, Isaac Cunha, Júnior Magalhães, Luciano Simões, Marizete Pereira e Paulo Rangel. Doze deputados.

Declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/sessoes.cfm>. Acesse ao caminho **Atividades Parlamentares - Sessões Plenárias** e leia-as na íntegra.*